

1 MINUTA DE ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS  
2 HÍDRICOS

3 LOCAL: Auditório do Edifício Sede da CODEVASF - Brasília/DF

4 DATA: 02 DE JULHO DE 2004.

5 **Abertura:** Às nove horas e quinze minutos do dia dois de julho de 2004, no auditório  
6 Avelino Costalonga do Edifício Sede da CODEVASF - SGAN 601 Lote I – Brasília/DF, teve  
7 início a XI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João  
8 Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, convidou a Ministra de Estado do Meio  
9 Ambiente, Marina Silva, a compor a mesa e agradeceu a presença de todos. Solicitou a  
10 aprovação do Plenário para início antecipado dos trabalhos da reunião, no aguardo do  
11 quorum para as atividades deliberativas previstas, com a apresentação sobre a experiência  
12 de gestão na Bacia do rio Piranhas-Açu, **Item 4** de pauta. Após o assentimento de todos,  
13 em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra passou a palavra à Ministra Marina Silva para  
14 as considerações iniciais. A Ministra Marina Silva cumprimentou todos os presentes,  
15 lembrando a grande jornada que terá o CNRH com a sua pauta, salientando que, para o  
16 Ministério do Meio Ambiente - MMA, o CNRH é claramente um dos instrumentos de  
17 realização das diretrizes do Governo, por seu caráter democrático e de participação social.  
18 Ressaltou o lançamento da 3ª versão do livro “Recursos Hídricos – Conjunto de Normas  
19 Legais” que reúne a legislação básica do setor de recursos hídricos, as principais  
20 deliberações do CNRH, seu Regimento Interno, além de outros dispositivos legais relativos à  
21 Política Nacional de Recursos Hídricos. Destacou a importância da publicação para as  
22 atividades de monitoramento e acompanhamento da implantação da Política Nacional de  
23 Recursos Hídricos, que devem ser exercidas por todos os órgãos gestores e usuários de  
24 água, bem como os demais atores envolvidos na gestão de águas do Brasil. Informou que  
25 havia sido publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004,  
26 conversão da Medida Provisória nº 165, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a  
27 Agência Nacional de Águas – ANA e as entidades delegatárias das funções de Agências de  
28 Águas, em rios de domínio da União, estabelecendo um elo entre as Agências de Águas e a  
29 União. Ainda de acordo com a Lei nº 10.881, acrescentou, outras entidades além das  
30 previstas no art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997, poderão receber a delegação de competência  
31 para atuar como Agência de Águas, cabendo ressaltar também a garantia do não  
32 contingenciamento dos recursos da cobrança pelo uso da água, importante resultado dos  
33 trabalhos desenvolvidos por este Conselho com o apoio das articulações constantes  
34 mantidas pelo MMA com os Ministérios da Fazenda, do Planejamento Orçamento e Gestão, e  
35 vários parlamentares do Congresso Nacional. Destacou que umas das ações prioritárias  
36 deste governo é o Plano Nacional de Recursos Hídricos que está em fase de elaboração,  
37 cabendo a ele estabelecer diretrizes estratégicas para a implantação da Política Nacional de  
38 Recursos Hídricos e para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos -  
39 SINGREH. Indicou que, para dar consecução aos objetivos pretendidos, seria fundamental a  
40 articulação com os Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, fortalecendo o diálogo entre as  
41 diversas esferas de gestão. Finalizando, cumprimentou a todos os Conselheiros e desejou  
42 uma boa reunião. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra chamou à mesa o Sr. Luiz  
43 Cláudio Figueiredo para auxiliar na coordenação dos trabalhos e, conforme anteriormente  
44 aprovado, solicitou o início da apresentação sobre o **Item 4** de pauta: “Experiência de  
45 gestão da bacia do rio Piranhas-Açu”, pelo Sr. Luciano Menezes Cardoso da Silva, da ANA,  
46 **(Anexo I)**. Em seguida à apresentação, o Conselheiro Josemá de Azevedo, Secretário de  
47 Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, informou que a questão do rio  
48 Piranhas-Açu vinha sendo amplamente discutida no Estado do Rio Grande do Norte.  
49 Declarou que as relações entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba sobre o tema estariam  
50 muito boas, contando com a interação da ANA e do Departamento Nacional de Obras Contra  
51 a Seca - DNOCS. Lembrou da necessidade desse “marco regulatório” para que não  
52 ocorresse o agravamento dos conflitos já existentes. Referiu-se ao açude Armando Ribeiro  
53 Gonçalves que tem capacidade de armazenamento de dois bilhões e quatrocentos milhões  
54 de metros cúbicos, dele partindo quatro grandes adutoras, uma delas com cerca de  
55 trezentos quilômetros de comprimento, com uso prioritário para abastecimento humano.  
56 Fez referência também a uma adutora de duzentos e setenta quilômetros, em construção,  
57 que iria atender a cinco sedes municipais e mais noventa e cinco importantes comunidades  
58 rurais do semi-árido do Rio Grande do Norte. Informou que a grande demanda de água do  
59 estado estaria localizada em suas terras mais férteis, onde estariam se estabelecendo

60 projetos de irrigação, sendo que não ocorria na Paraíba e no Rio Grande do Norte déficit de  
61 água para abastecimento humano. Disse que na parte baixa da bacia haveria atualmente a  
62 necessidade do dobro da água que o açude supracitado poderia fornecer, sendo essa a  
63 grande expectativa do Rio Grande do Norte nesse marco regulatório, garantindo assim a  
64 sustentabilidade econômica do Estado. Dando prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra  
65 solicitou a verificação do quórum, que foi confirmado em número suficiente para o início da  
66 parte deliberativa da reunião. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria Executiva do  
67 CNRH, leu os informes e apresentou os novos Conselheiros: o Ministério da Fazenda indicou  
68 o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys como Conselheiro Titular; o Ministério do Meio  
69 Ambiente indicou o Sr. Weber de Avelar Silva como Conselheiro Suplente; o Ministério da  
70 Defesa indicou o Sr. Antônio Joaquim Gonçalves Moreira como Conselheiro Suplente; a  
71 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca indicou o Sr. Manoel Jesus da Conceição como  
72 Conselheiro Titular e o Sr. João Donato Scorvo Filho como Conselheiro Suplente; o  
73 Ministério da Ciência e Tecnologia indicou o Sr. José Carlos Cordeiro da Costa Júnior como  
74 Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso indicou a  
75 Sra. Alessandra Panizi Souza como Conselheira Suplente e o segmento das Concessionárias  
76 e Autorizadas de Geração Hidrelétrica indicou o Sr. Mozart Bandeira Arnaud como  
77 Conselheiro Suplente. O Sr. João Bosco Senra declarou empossados os novos Conselheiros  
78 e perguntou se havia alguma matéria de urgência ou alguma matéria a ser retirada de  
79 pauta. Foram apresentados quatro requerimentos de urgência e o Secretário passou à sua  
80 leitura, para votação de sua aceitação: 1- Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos  
81 Transfronteiriços – CTGRHT - Proposta de Moção recomendando a adoção do Projeto Piloto  
82 de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos ambientais nas Bacias  
83 Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí; 2- Câmara Técnica de Assuntos Legais e  
84 Institucionais – CTIL - Proposta de Moção recomendando ações decorrentes das  
85 determinações da Resolução CNRH nº 35, de 2003; 3- Câmara Técnica de Cobrança pelo  
86 Uso de Recursos Hídricos – CTCOB - Proposta de Resolução que define os valores para  
87 cobrança na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, aplicáveis aos usuários do setor de  
88 mineração de areia nos leitos dos rios, nos termos da Deliberação CEIVAP nº 24, de 2004;  
89 4- Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre - recomendação à CTIL para análise da  
90 possibilidade da criação de uma Câmara Técnica de Gestão Integrada Costeira. Todos os  
91 requerimentos foram votados e aceitos. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo leu a nova ordem do  
92 dia, após a aprovação dos requerimentos: **Item 1** - Aprovação da Ata da XIII Reunião  
93 Extraordinária do CNRH; **Item 2** - Deliberação sobre propostas de Resolução:  
94 **requerimento de urgência** - Define os valores e estabelece critérios de cobrança pelo uso  
95 de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, aplicáveis aos usuários do  
96 setor mineração de areia no leito de rios, nos termos da Deliberação CEIVAP nº 24, de  
97 2004; **Item 2.1** - Define nova composição para as seguintes Câmaras Técnicas: Assuntos  
98 Legais e Institucionais; Plano Nacional de Recursos Hídricos; Cobrança pelo Uso de Recursos  
99 Hídricos; **Item 2.2** – Define a composição da Câmara Técnica de Educação, Capacitação,  
100 Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM; **Item 2.3** - Estabelece as  
101 prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos  
102 hídricos, para o exercício de 2005, conforme art. 2º da Resolução CNRH nº 35, de 2003;  
103 **Item 2.4** - Aprovação do Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária para  
104 2005 da Secretaria Executiva do CNRH, conforme art. 3º da Resolução CNRH nº 35, de  
105 2003; **Item 2.5** - critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de  
106 aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados  
107 em que serão implantados; **Item 3** - Deliberação sobre propostas de Moção:  
108 **requerimento de urgência:** recomendando a implantação de Projeto Piloto de Gestão  
109 Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos e Ambientais nas Bacias Transfronteiriças da  
110 Lagoa Mirim e do Rio Quaraí; **Item 3.1** – Recomendação de ações relativas à situação da  
111 mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul – exposição do parecer referente ao  
112 pedido de vista; **Item 3.2** - Referente à Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de  
113 Janeiro; **requerimento de urgência:** Recomenda ações decorrentes das determinações da  
114 Resolução CNRH nº 35, de 2003; **Item 4:** Apresentação sobre a experiência de gestão na  
115 bacia do rio Piranhas-Açu; **Item 5:** Apresentação sobre o estágio atual do desenvolvimento  
116 do Plano Nacional de Recursos Hídricos; **Item 6:** Exposição dos estudos, desenvolvidos pelo  
117 Grupo de Trabalho Interministerial, sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável da  
118 região de abrangência da BR 163. A nova ordem do dia foi aprovada sem ressalvas. O Sr.

João Bosco Senra submeteu então ao Plenário o **Item 1** - Aprovação da Ata da XIII Reunião Extraordinária do CNRH. A Conselheira Maria Cristina Yuan, da Indústria, solicitou alteração na linha 148 da ata, além de apontar equívoco referente aos anexos 7 e 8. Propôs ainda que fossem incluídas, como anexos das atas, as propostas apresentadas aos documentos em debate. Foi determinado que a proposta fosse acatada nas próximas atas. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, lembrou da proposta apresentada pelo Conselheiro Mauro Viegas, da Indústria, quando do debate sobre a criação da CTEM, referente ao encaminhamento de recomendação aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos para que fosse analisada a possibilidade da criação de uma Câmara Técnica dedicada ao mesmo tema. O Sr. João Bosco Senra informou que a Resolução em questão havia sido publicada em 24 de junho passado e que, portanto, a Secretaria Executiva encaminharia na próxima semana as correspondências conforme proposto pelo Conselheiro Mauro Viegas. O Conselheiro José Di Bella Filho, do setor hidroviário, solicitou que na linha 150 fosse suprimida a citação “...retirasse a proposta”, afirmando que ele não o havia solicitado. O Sr. Rui Brasil Assis, do CERH-SP, solicitou uma correção na linha 401, para que o Sr. Ícaro Moreno Júnior fosse citado como Presidente da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA. O Sr. João Bosco Senra colocou então em votação a Ata da XIII Reunião Extraordinária do CNRH, que foi considerada aprovada. Com isso passou-se ao item seguinte de pauta: **requerimento de urgência** - proposta de resolução que define os valores e estabelece critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, aplicáveis aos usuários do setor mineração de areia no leito de rios, nos termos da Deliberação CEIVAP nº 24, de 2004 (**Anexo I**). Com a palavra, o Sr. Décio Michellis Jr., Presidente da CTCOB, disse que a proposta em questão se remetia exatamente ao contido na Deliberação CEIVAP nº 24, caracterizando-se apenas pela aprovação do estabelecido no seu art. 2º, que diz respeito à continuidade do processo de implantação da cobrança no CEIVAP. Esclareceu que a proposta se aplicaria apenas para os extratores de areia do leito do rio, não contemplando a extração em cava e nem tampouco o desmonte hidráulico. Salientou que a proposta trazida na Deliberação do CEIVAP teria o apoio dos próprios interessados e impactados. Lembrou que a CTCOB havia solicitado à ANA que emitisse um parecer técnico para embasar a análise da questão, o qual consolidava e ratificava a proposta apresentada. Afirmou que a CTCOB recomendava a aprovação desta minuta de Resolução. Não havendo discussão nem debates, o Sr. João Bosco Senra colocou em votação a proposta de resolução, que foi aprovada. Deu então continuidade à ordem do dia, passando ao **Item 2.1**: proposta de resolução que define a nova composição para as seguintes Câmaras Técnicas: Assuntos Legais e Institucionais; Plano Nacional de Recursos Hídricos; Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (**Anexo II**). Convidou então o Conselheiro Julio Thadeu Silva Kettelhut, do MMA, Presidente da CTIL, para encaminhar a matéria, o qual expôs que, de acordo com o Regimento do Conselho, a cada dois anos deveria ser feita a renovação dos membros das suas Câmaras Técnicas, como estaria sendo o caso das três Câmaras. Com isso, relatou que havia sido encaminhada correspondência a todos os Conselheiros solicitando a manifestação de interesse em compor essas Câmaras Técnicas. Em prosseguimento, disse, a CTIL elaborou proposta de composição para as citadas Câmaras Técnicas, adotando, para tanto, os princípios estabelecidos no art. 25 do Regimento Interno do CNRH, além do critério da proporcionalidade entre os segmentos nele representados. Argumentou que esse tema sempre suscitava críticas quando da sua análise na Plenária, uma vez que todos teriam argumentos e julgavam-se aptos a compor as Câmaras. Dito isso, encaminhou o tema para deliberação. O Sr. João Bosco Senra colocou o tema em debate. O Conselheiro Jairo Lousa, dos irrigantes, disse que a metodologia para elaboração de proposta de composição das Câmaras deveria ser melhor avaliada. Indicou que o setor de irrigantes havia priorizado a participação na CTPNRH e na CTCOB e que a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, mediante essa possibilidade, indicou profissionais dedicados para acompanhá-las. Manifestou sua surpresa com a ausência do setor na composição da CTPNRH. Propôs então a análise de uma nova forma para o processo em questão, adotando-se um processo eleitoral ou ainda pela avaliação da distinção de membros natos, do governo ou usuários. Finalizou destacando que, para o setor, a participação no CNRH seria muito importante politicamente. O Sr. João Bosco Senra disse que as ponderações do Conselheiro seriam encaminhadas à CTIL com o intuito de suscitar uma discussão dos critérios de composição para as Câmaras Técnicas. O Conselheiro Manfredo Pires Cardoso, CERH-BA, manifestou sua surpresa pela não inclusão

do CERH-BA na CTCOB, tendo em vista a atuação permanente nessa Câmara. Pediu então que fosse reconsiderada essa posição. O Sr. João Bosco Senra propôs registrar as solicitações apresentadas, votar a proposta da CTIL e depois retornar para discutir os destaques. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, justificou a não inclusão do CERH-BA pelo critério da proporcionalidade, tendo em vista sua participação em quatro outras Câmaras. O Sr. José Di Bella Filho, dos hidroviários, disse que a metodologia de proposição da composição das Câmaras Técnica deveria contemplar a ampla participação dos interessados. O Conselheiro Josemá de Azevedo, do CERH-RN, argumentou que a experiência do Estado do Ceará sobre a cobrança deveria ser considerada na composição da CTCOB. Não havendo mais considerações, o Sr. João Bosco Senra colocou em votação a proposta encaminhada pela CTIL, com o destaque da solicitação do CERH-BA. A proposta foi então aprovada. Foi iniciado, em seguida, o debate sobre o destaque proposto pelo Conselheiro Manfredo Pires Cardoso, pela inclusão do CERH-BA na CTCOB em substituição ao segmento das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Conselheira Patricia Boson, da indústria, comentou que a substituição poderia ser um erro para corrigir outro erro. Argumentou que o espaço da CTCOB seria, tipicamente, de debate sobre políticas públicas. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, ressaltou a importância da participação dos representantes das companhias de abastecimento de água e esgotamento sanitário na CTCOB, tendo em vista a tramitação na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro do PL nº 1.763, propondo a isenção da Companhia Estadual, a CEDAE, do pagamento pelo uso da água. Considerou que a proposta viria no sentido contrário do sistema de gestão de recursos hídricos, encaminhada por um setor muito significativo em termos de captação e uso de água. A Conselheira Dóris Aparecida Lins, das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, destacou a importância da presença do setor na CTCOB, mesmo considerando as ausências anteriores, conforme colocado. O Sr. João Bosco Senra colocou em votação a permanência do segmento das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário na CTCOB, em contraposição à sua substituição pelo CERH-BA. O resultado foi favorável à permanência das prestadoras. Com isso, ficou aprovada a proposta de resolução conforme encaminhada pela CTIL. O Sr. João Bosco Senra passou ao **Item 2.2:** proposta de resolução que define a composição da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM (**Anexo III**). Convidou a Conselheira Ninon Machado, das ONGs, para dar encaminhamento à matéria. A Conselheira argumentou que a composição da CTEM havia sido longamente discutida, destacando inclusive sua importância para articulação com as outras Câmaras. Pediu ao Plenário que apoiasse a composição proposta. Não havendo manifestações, o Sr. João Bosco Senra colocou a proposta em votação, ocorrendo a sua aprovação na forma encaminhada pela CTIL. Passou então ao **Item 2.3:** proposta de resolução que estabelece as prioridades da aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2005 – conforme art. 2º da Resolução CNRH nº 35 (**Anexo IV**). A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, foi convidada para encaminhar a matéria. A Conselheira argumentou que essa proposta havia sido elaborada em função da Resolução CNRH nº 35, de 2003, que determinou em seu artigo segundo: *“Para cumprimento do que dispõe o § 4º, do artigo 21, da Lei nº 9.984, de 2000, a ANA e os Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União encaminharão ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até 31 de maio de 2004, os planos de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor hidrelétrico e dos demais usuários, por bacia hidrográfica, para o exercício 2005”*. Informou que a ANA e os Comitês de bacia haviam atendido ao acima estabelecido, cabendo ressaltar que a ANA encaminhou um documento bastante detalhado com toda a previsão de demanda de recursos para os diversos itens de investimento e de custeio, com base no Plano Plurianual – PPA, além do orçamento por ela considerado necessário para que sejam empreendidas as ações previstas, conforme espelhado no anexo citado no art. 1º. Disse que haviam sido realizadas reuniões da CTIL e da CTCOB para análise destes documentos, quando foi observada a necessidade, para o exercício de 2006, de maior tempo para avaliação do assunto. Afirmou que essa proposta de resolução trazia um avanço em relação à Resolução CNRH nº 35, ao detalhar o que deverá ser considerado como prioridade para aplicação dos recursos provenientes da cobrança ao setor hidrelétrico. Lembrou, mais uma vez, da importância do não contingenciamento dos recursos da cobrança e ainda que fosse atendida a previsão orçamentária proposta pela ANA. Indicou

que o art. 2º, em seus incisos I, II e III, tratava especificamente dos programas e ações considerados prioritários, indicados conforme os códigos constantes do PPA, simplesmente ali reproduzidos. Lembrou da existência de outras ações identificadas pela ANA e pelos próprios comitês de Bacias que, devido aos valores limitados do PPA, não foram priorizadas. O artigo 3º, prosseguiu, faria menção que os recursos de cobrança pagos pelos demais usuários, que não aqueles do setor hidrelétrico, deveriam ser aplicados integralmente na bacia hidrográfica de origem. Já o art. 4º, disse, se referia à parcela destinada ao custeio administrativo do sistema, limitado pelo art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, a 7,5% dos recursos da cobrança. Informou que a proposta de Resolução estaria abordando essa questão em duas partes: a parcela dos recursos pagos pelos usuários, que não do setor hidrelétrico, que seria empregada no custeio do Comitê e da respectiva Agência de Águas, enquanto os 7,5% provenientes do pagamento do setor hidrelétrico seriam alocados para o custeio administrativo do SINGREH, feita ressalva em relação às despesas necessárias ao funcionamento do CNRH, para atendimento à sua necessidade de uma estrutura mínima para funcionamento. Também estaria definido no art. 5º da proposta de Resolução, prosseguiu, que a CTIL deveria se incumbir da proposição de procedimentos para a continuidade do processo de definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança, preocupando-se inclusive com a determinação de prazos mais elásticos para a análise das informações e seu encaminhamento, em conformidade com o calendário do orçamento. Finalmente, no art. 6º, disse, estaria sendo proposta a criação de um Grupo de Trabalho composto por representantes da CTCOB e CTIL, com a finalidade de acompanhar a aprovação do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005, além de promover a competente articulação com os Comitês de Bacia para detalhamento das prioridades. Ressaltou que o prazo para elaboração da proposta de resolução havia sido bastante exíguo, tendo em vista os prazos de encaminhamento da proposta orçamentária da ANA e do MMA ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Aproveitando a oportunidade, apresentou uma nova proposta para o Anexo referido no inciso II, Parágrafo único, do art. 1º da Resolução, a qual mantinha apenas o Grupo 1 proposto, por ser composto pelas prioridades com os recursos da cobrança a serem atendidas conforme definido por este Conselho. Argumentou que o Grupo 2 referia-se aos recursos provenientes dos demais usuários na bacia, fonte 116, que por definição deverão ser alocados integralmente na bacia de origem, não sendo necessária sua inclusão nesta Resolução. Complementou que no Grupo 3 estariam elencadas ações consideradas necessárias pela ANA, mas que não haviam sido definidas como prioritárias no contexto desta proposta de Resolução. Disse que a proposta de manutenção apenas do Grupo 1 no Anexo pretendia deixar claro que as ações priorizadas são as ali alocadas. Apresentou também uma proposta de modificação no inciso II, art. 1º, que diz *“...que seja atendido a previsão orçamentária da ANA apresentada no anexo 1”*, para que fosse: *“...que seja atendida a previsão orçamentária proposta pela ANA apresentada no anexo 1”*, ou seja, exatamente a segunda coluna dos valores do quadro. O Sr. João Bosco Senra colocou a matéria em discussão. O Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos Comitês, destacou a importância da inclusão do art. 5º, estabelecendo que a CTIL deveria se incumbir da proposição de uma nova Resolução tratando da continuidade do processo iniciado pela Resolução CNRH nº 35, com a preocupação de inclusão das questões ligadas à articulação. Justificou que existiriam situações no Brasil, a exemplo do que ocorreria na área de abrangência do CBH Pardo, onde três usinas hidrelétricas se localizam no rio principal, que é de domínio da União, e outra, que ocorre no rio Tietê, de domínio estadual, onde usinas hidrelétricas foram construídas com recursos do Estado de São Paulo, sendo os recursos da cobrança em ambos os casos destinados ao Governo Federal. Disse que o segmento dos Comitês entendia que a articulação prevista no art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, deveria ser plenamente aplicada na proposta de resolução prevista no art. 5º, não podendo permanecer restrita ao CNRH e Comitês em bacias de rios de domínio da União, devendo ser ampliada aos CERHs. Propôs que fosse incluída referência ao art. 4º supracitado no texto do art. 5º da proposta de resolução. Argumentou que também deveria ser estabelecido um cronograma para o GT. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, propôs que fosse incluída no Grupo de Trabalho previsto no art. 6º a presença da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, destacou a importância do processo de continuidade da definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança, conforme previsto no art. 5º da proposta em debate. O Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, propôs

que o estabelecido no art. 3º da proposta fosse estendido também ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, inciso IV, do art. 12, *caput*, da Lei nº 9.433, de 1997, mantida a indicação de aplicação integral na bacia em que foram arrecadados. Disse que, da forma proposta, um Comitê como o do rio São Francisco não teria nenhum recurso a ser aplicado. Por sua vez, o Conselheiro Jerson Kelman, do MMA, parabenizou as Câmaras Técnicas pelo trabalho realizado, disse que a proposta de Resolução em referência estava muito bem elaborada e opinou que o CNRH havia atingido, em curto espaço de tempo, o nível de maturidade por ele aclamado em reuniões passadas. Salientou a oportunidade do momento atual para manifestações do CNRH sobre temas relacionados ao orçamento, antes do encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005. Manifestou seu apoio à inclusão de referência ao art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, no texto do art. 5º da proposta. Sugeriu modificação no texto do art 6º, inciso II, que diz: *"...promover a competente articulação com os Comitês de Bacias de rios de domínio da União para fins de detalhar as prioridades de aplicação estabelecidas no artigo segundo desta Resolução"*, retirando-se a citação *"de rios de domínio da União"*. Justificou que as Resoluções do CNRH teriam abrangência nacional e, portanto, não caberia tal citação. Referindo-se às proposições da Conselheira Cristina Yuan, da indústria, discordou da retirada dos grupos 2 e 3 do Anexo, que poderia levar ao entendimento que algumas ações da ANA previstas no PPA não deveriam ser contempladas. Destacou que caberia ao Congresso Nacional levar em consideração as recomendações do CNRH para aplicação dos recursos da cobrança e, com isso, estabelecer que as atividades de implantação e de funcionamento do sistema utilizarão recursos de outras fontes. Referindo-se à proposta do Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, alertou que os recursos arrecadados com a cobrança ao setor hidrelétrico seriam devidamente distribuídos para a administração de várias unidades em vários estados, como Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas, entre outros; muitos deles, complementou, em bacias onde não há geração de energia hidrelétrica. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra para a Conselheira Patrícia Boson, da indústria, que opinou sobre um equívoco na leitura da Resolução por parte do Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, pois o art. 3º se referia aos recursos da fonte 116 ou seja, o que seria cobrado dos usuários da água efetivamente localizados na bacia, em concordância inclusive com a Lei nº 10.881, de 2004. Destacou que os recursos provenientes do aproveitamento hidrelétrico estariam tratados no inciso II do art. 4º da proposta. Lembrou que, conforme proposto no âmbito da CTIL, o detalhamento das prioridades, em articulação com os Comitês, seria estudado e sugerido pelo GT previsto no art. 6º da proposta de resolução. Solicitou então ao Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto que revisse a sua proposta. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, esclareceu que a intenção da sua proposta relacionada ao anexo teria sido destacar tão somente as ações consideradas prioritárias pelo CNRH. Sugeriu que, caso o Plenário optasse pela manutenção do anexo em sua íntegra, fosse explicitado que as ações do Grupo 3 não haviam sido elencadas como prioritárias, e ainda, que fossem colocados asteriscos na segunda coluna desse Grupo, não deixando margem ao entendimento que a ANA estaria se comprometendo com esses valores. O Sr. João Bosco passou a palavra ao Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, que também observou que a preocupação do Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, estaria contemplada no inciso II do artigo 4º. Lembrou ao Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, que a Resolução CNRH nº 35, de 2003, estabelecia ações somente para os rios de domínio da União e que, dessa forma, a CTIL havia se ocupado em cumpri-la. Salientou que, no âmbito da CTIL, já seria consenso a necessidade da promoção de um amplo debate e que uma nova proposta de Resolução deveria contemplar os Comitês de Bacia em rios de ambos os domínios. O Conselheiro Manfredo Cardoso, do CERH-BA, indicou que os recursos provenientes dos 0,75% cobrados ao setor hidrelétrico seriam imprescindíveis para as ações previstas no âmbito da bacia do rio São Francisco, área de abrangência do respectivo Comitê – CBH-SF. O Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, CERH-AL, ratificou suas colocações anteriores. Argumentou que a geração de energia hidrelétrica implicaria em consequências em uma bacia, que precisam, de alguma forma, ser compensadas, em especial na bacia do rio São Francisco. Salientou que sua preocupação dizia respeito a todos os Estados na bacia do rio São Francisco, não apenas Alagoas. Evidenciou que a ANA teria prestado aporte financeiro às atividades do CBH-SF, não estando tal apoio, entretanto, explicitamente configurado como um princípio. Ressaltou que o princípio de se aplicar os recursos da cobrança na bacia de origem estaria claramente

explicitado no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997. Ratificou o exposto pelo Conselheiro Manfredo Cardoso, do CERH-BA, no que diz respeito à importância dos recursos da cobrança ao setor hidrelétrico para a bacia do rio São Francisco. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra elencou os destaques apresentados: no art. 3º, apresentado pelo Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL; no art. 6º, a inclusão da CTPNRH no GT proposto, apresentado pela Conselheira Ninon Machado, das ONGs; no inciso II, art. 6º, de retirada da citação “de domínio da União”, apresentada pelo Conselheiro Jerson Kelman, da ANA; no art. 4º, a inclusão de citação ao art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, apresentada pelo Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos comitês; no anexo, de exclusão dos grupos 2 e 3, apresentado pela Conselheira Cristina Yuan, da indústria. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, esclareceu sua proposta: se forem mantidos os grupos 2 e 3 do anexo, que as colunas 2 e 3 não apresentem valores, mas sim asteriscos indicando que estas ações deveriam ser atendidas por outras fontes orçamentárias que não a cobrança pelo uso da água. O Secretário João Bosco Senra observou a impropriedade da utilização do termo “integralmente” no art. 3º da proposta de resolução, em contraposição com o termo “prioritariamente”, utilizado na Lei nº 9.433, de 1997. Argumentou contrariamente à necessidade de um cronograma de trabalho para os GTs estabelecidos na proposta, apresentada pelo Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos Comitês, uma vez que tal exigência já estaria estabelecida para os GTs no Regimento Interno do CNRH. Colocou então em votação o item 2.3 da pauta, que foi aprovado com ressalva para os destaques apresentados. Dessa forma, passou ao debate dos destaques, iniciando pelo apresentado pelo Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL. O Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, externou sua posição favorável a que todos os Comitês recebessem recursos provenientes da cobrança ao setor hidrelétrico, independentemente da geração ou não de energia elétrica em sua área de abrangência, uma vez que todos deveriam ser amparados pelo sistema nacional. O Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, disse que a destinação prioritária estaria clara no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, e que sua proposta pretendia evitar que critérios subjetivos fossem adotados no processo. O Conselheiro Rui Brasil, do CERH-SP, lembrou que esta questão seria recorrente no âmbito do CNRH, sugerindo seu debate no âmbito da CTCOB. Ponderou que são plausíveis os argumentos do Conselheiro Jerson Kelman, da ANA. Sugeriu que fosse estabelecido um percentual para definir melhor o termo “prioritariamente”. O Secretário João Bosco Senra informou que o GT interministerial criado em decorrência da Moção CNRH nº 26, de 2003, deveria se ocupar das questões apresentadas pelo Conselheiro Rui Brasil, do CERH-SP. O Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, disse que estaria disposto a retirar a proposta tendo em vista o debate pretendido no âmbito do GT interministerial, que poderia sugerir o percentual proposto. Entretanto, o destaque foi colocado em votação, não sendo aprovado. O Secretário João Bosco Senra colocou em votação o destaque do Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos Comitês, a inclusão de citação ao art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, na redação do art. 5º da proposta de resolução, que foi aprovada. Passou então ao destaque apresentado pela Conselheira Ninon Machado, das ONGs, que propôs acrescentar ao GT proposto no art. 6º, a participação da CTPNRH, que foi aprovado. O Secretário João Bosco Senra colocou em votação o destaque apresentado pelo Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, que propôs a retirada do termo “de domínio da União” do inciso II, art. 6º, da Resolução. A Conselheira Patricia Boson, da indústria, observou que, para fortalecimento do sistema, é necessário respeitar o que está estabelecido sob o ponto de vista legal. Propôs então uma alternativa de redação para o inciso II do art. 6º, estabelecendo a articulação com os Comitês através de seus respectivos sistemas. Houve consenso para a proposta, que incorporava também a proposta apresentada pelo Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, sendo aprovada a nova redação composta. Foi também preterida a exclusão dos grupos 2 e 3 do anexo, proposta pela Conselheira Cristina Yuan, da indústria, sendo entretanto observada a substituição dos valores apresentados nas colunas 2 e 3 desses grupos por asteriscos indicando que os recursos previstos deveriam ser atendidos por outras fontes orçamentárias que não as provenientes da fonte 116. A redação final da proposta de resolução ficou conforme **Anexo V**. O Secretário João Bosco Senra passou então ao **item 2.4**: aprovação do Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária para 2005, da Secretaria Executiva do CNRH – art. 3º da Resolução CNRH nº 35 (**Anexo VI**). Convidou o Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, para encaminhar a matéria. O Conselheiro informou que este procedimento estaria previsto no Regimento Interno do CNRH, que

determinava que a Secretaria Executiva do CNRH deveria elaborar o seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-lo à aprovação do CNRH. Relatou que a resolução se referia às atividades do Conselho para o ano de 2005, sendo uma previsão mínima: duas reuniões ordinárias, quatro reuniões extraordinárias, cento e duas reuniões de Câmaras Técnicas e setenta e duas de grupo de trabalho. Ressaltou a importância das reuniões das Câmaras onde se reuniriam anualmente um número aproximado de seis mil técnicos, em sessenta mil horas de trabalho com pessoas de alto nível técnico, sendo necessária uma contrapartida mínima para o funcionamento do CNRH. Informou que a previsão de gastos havia sido de R\$ 2.267.522,00, estando discriminados na planilha orçamentária apresentada. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, perguntou se essa proposta não deveria ser aprovada por meio de uma Resolução e também se esse seria o valor previsto no PPA para o exercício das atividades do CNRH. Outra questão abordada pela Conselheira foi a vinculação dos itens de despesa para se ter uma visão da alocação dos recursos. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, relatou a sua preocupação, que remontaria à aprovação do orçamento anterior, com a necessidade de se oferecer melhores condições de infraestrutura para a Secretaria Executiva do CNRH. Em prosseguimento, sugeriu a criação de um banco de dados com o registro de todos os Comitês de Bacia, de forma a disponibilizar essas informações à sociedade. Enfatizou também a importância do fortalecimento da participação da sociedade civil, estendendo convite a todos para acessar o site das Nações Unidas onde existiria um recente relatório denominado "Painel Fernando Henrique Cardoso", documento de fortalecimento da sociedades civil em todos os integrantes das Nações Unidas. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, justificou que o programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva não teriam sido apresentados em forma de resolução pois foi seguido o procedimento dos anos anteriores. Explicou ainda que o valor orçamentário proposto para o PPA e ao CNRH seriam idênticos, sendo que o valor apresentado estaria de acordo com as atividades previstas. O Secretário João Bosco Senra solicitou à Conselheira Ninon Machado, das ONGs, a apresentação de um texto para definir melhor a sua proposta. A Conselheira Sra. Ninon Machado, das ONGs, respondeu que esse tema já tinha sido discutido em reuniões da CTIL, sendo a questão da melhoria das condições de trabalho para a Secretaria Executiva uma demanda do próprio plenário, entendida como fundamental para a qualidade do trabalho. O Sr. João Bosco Senra colocou em votação a proposta de elaboração de uma Resolução, que ficaria a cargo da Secretaria Executiva, apresentada pela Conselheira Cristina Yuan, da indústria, sendo aprovada. Passou então ao **item 2.5:** Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, (**Anexo VII**), encaminhada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP. Convidou o Presidente da CTAP, Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, para encaminhar a matéria. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, disse que essa proposta de resolução dizia respeito ao inciso III, artigo 35, da Lei nº 9.433, de 1997, o qual carecia da definição de empreendimentos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. Externou a preocupação, no âmbito da CTAP, com a possibilidade de um empreendimento que possuísse licença ambiental e outorga para uso da água viesse a ser contestado por não ter sido aprovado no CNRH. Indicou que o objetivo não seria definir parâmetros para análise de projetos, mas sim, impossibilitar uma indagação legal pelo fato. O Secretário João Bosco Senra passou a palavra ao Conselheiro Hypérides Macedo, do Ministério da Integração, que declarou não ser contrário ao princípio democrático de colocar a disposição do Conselho a possibilidade de aprovação de um empreendimento de importância supraestadual. Prestou esclarecimentos sobre a sua proposta de eliminação do parágrafo 4º do artigo 3º: poderia evitar a necessidade de um projeto passar por todos os Comitês de Bacias na sua área de abrangência. Propôs ainda: a redução do prazo previsto no parágrafo 1º do artigo 4º, de noventa para sessenta dias; eliminação, no artigo 5º, da necessidade de parecer da ANA quando já estivesse emitida a outorga; inclusão de um parágrafo único no artigo 6º, não permitindo a prorrogação indefinida do prazo de avaliação do empreendimento. O Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, expôs que o artigo 35 da Lei nº 9.433, de 1997, representaria um risco regulatório felizmente ainda não materializado, pela possibilidade de um projeto ter a sua legalidade contestada por não ter passado pelo CNRH. Indagou se esta proposta de Resolução eliminaria este risco regulatório ou estaria atuando de forma



contrária, agravando-o. Citou recomendação da Ministra Marina Silva, à SRH/MMA e ANA, para que examinassem o assunto com muita atenção, sob a ótica desse risco regulatório, o que gerou uma nova proposta alternativa para a redação da proposta de resolução. Indicou que essa nova proposta pretendia criar um filtro para os casos de grande magnitude e repercussão, que deverão ser analisados pelo CNRH. Opinou sobre a dificuldade de se estabelecer parâmetros para identificação dos projetos que deverão passar pelo Conselho. Externou sua posição contrária à aprovação da proposta de resolução, em sua forma atual. Entretanto, propôs as seguintes modificações no texto: nova redação para o artigo 2º, que seria *“O Conselho Nacional de Recursos Hídricos somente examinará os projetos que se referem o artigo primeiro por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros”*, justificando que, pela dificuldade de caracterização dos projetos, deveriam ser feitas consultas específicas; nova redação para o artigo 3º, que seria *“Os Projetos admitidos para apreciação e deliberação do CNRH, na forma do artigo segundo, deverão ser encaminhados ao Conselho pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, público ou privada acompanhados das informações e esclarecimentos necessários num prazo de trinta dias contados do recebimento das solicitações à Secretaria”*, justificando que, inicialmente, o CNRH deveria deliberar sobre a possibilidade de um projeto ser avaliado para, posteriormente, proceder-se à sua análise técnica, sendo então solicitados os documentos necessários. O Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao Sr. Luiz Carlos Fontes, Secretário Executivo do Comitê da Bacia do São Francisco – CBH-SF, que defendeu o papel dos Comitês de Bacias de rios de domínio da União quando são tratados projetos que extrapolem os domínios dos Estados. Condordou com o Sr. Jerson Kelman, da ANA, argumentando que, da forma escrita na proposta de resolução, qualquer projeto poderia ser encaminhado ao Conselho. Argumentou que uma das funções de um comitê estaria sendo ferida nessa proposta, uma vez que, na sua condição de instância básica em caso de conflitos, os comitês estariam impossibilitados de se manifestar. Lembrou sobre a possibilidade que o CBH-SF venha a ter uma demanda muito grande em virtude da transposição do rio São Francisco, quando, em consequência, caso haja a necessidade de se passar pelo Conselho, o Comitê não seria ouvido. Sugeriu que os processos deveriam vir ao CNRH instruídos pelo Comitê. O Sr. João Bosco Senra solicitou uma proposta de redação para facilitar o processo de discussão. Passou então a palavra ao Conselheiro Eduardo Madeira, do Ministério de Minas e Energia - MME, que externou o apoio do MME à proposta da ANA e da SRH/MMA com relação a redação dos artigos 2º e 3º. Fez duas sugestões de modificação: em relação ao artigo 4º, parágrafo 1º, para que fosse fixado um prazo de 90 dias para análise, prorrogável por no máximo igual período; no artigo 6º, mudar as palavras *“medidas e condições a serem observadas”*, por *“recomendações”*. O Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, apoiou a preocupação do Secretário Executivo do CBH-SF, salientando que não deveriam ser utilizados artifícios para contestar o conteúdo democrático e participativo da Constituição, caso contrário os Comitês se tornariam apenas *“decorativos”*. Lembrou que a Lei indicava o CNRH como a instância máxima de apelação do SINGREH, mas estabelecendo o Comitê da Bacia como sua instância de primeiro julgamento de conflitos. Salientou que no inciso III do artigo 35 estaria estabelecido que o CNRH deliberaria sobre, não alteraria, projetos de aproveitamento de recursos hídricos cuja repercussão extrapole o âmbito dos Estados. Ressaltou que o legislador teria sido sábio e que essa proposta de resolução se propunha a *“violentar”* o conteúdo da lei nacional de recursos hídricos. Disse ainda que esta Resolução desrespeitaria o próprio Plano Nacional de Recursos Hídricos, atropelando inclusive todo o seu processo de construção. Sugeriu que o CNRH deveria ignorar essa proposta de resolução e, dessa forma, respeitar a lei nacional de recursos hídricos. Com a palavra, o Conselheiro Manfredo Cardoso, do CERH-BA, argumentou que o CNRH deveria estudar melhor a questão, uma vez que esta resolução trataria de um marco regulatório. Afirmou que ela se sobrepunha ao domínio estadual, pelo fato da água subterrânea ser de domínio dos Estados. Destacou que esse procedimento passaria por cima dos Conselhos Estaduais e Comitês de Bacia, trazendo os projetos diretamente ao CNRH. Concluindo, sugeriu a sua retirada de pauta. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, informou que esta proposta de resolução teria sido fruto de um trabalho intenso no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH. Ressaltou que, em relação à questão de conflito, existiria uma interface entre os incisos III e IV do art. 35, quando ambos poderiam trazer projetos à deliberação do Conselho. Lembrou que em reuniões anteriores do CNRH já havia sido debatida a sua competência para vedar a instalação de determinada atividade, e citou o artigo 6º: *“A Secretaria*

*Executiva encaminhará os pareceres técnicos referentes ao projeto à Plenária do CNRH, que se manifestará por meio de Resolução específica, indicando, quando for o caso, medidas e condições a serem observadas para implantação, execução e operação do empreendimento*". Observou que o entendimento seria contrário ao poder do Conselho para vetar, mas a favor da indicação de orientações que deveriam ser seguidas. Argumentou que seria inadmissível a desconsideração dos Conselhos Estaduais e Comitês havendo, na verdade, um fortalecimento da sua atuação, uma vez que se pretendia trazer os projetos após uma apreciação dos Comitês ou Conselhos Estaduais. Discordou ainda da hipótese dos projetos conflitarem com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, pois o mesmo ainda não estaria concluído, sendo permitida inclusive a busca de uma harmonização. Quanto à proposta do Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, na qual o CNRH somente examinaria os projetos por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, opinou que poderia ser inócua, pois o empreendedor poderia não disponibilizar informações suficientes; propôs que o texto do artigo 3º da proposta original passasse à seguinte forma: *"A solicitação para apreciação pelo CNRH do projeto de que trata o artigo anterior poderá ser encaminhada por quaisquer das instituições do SINGREH legalmente coexistente..."*. Em relação ao parágrafo primeiro, sugeriu a seguinte modificação: *"A instituição responsável pelo pedido de apreciação do projeto ao CNRH deverá fundamentar o seu requerimento"*, objetivando fundamentos para subsidiar o pedido de apreciação, aí incluída a manifestação dos Comitês de Bacias e dos Conselhos Estaduais envolvidos. Sugeriu ainda aperfeiçoar o artigo 6º, substituindo a possibilidade de veto por uma manifestação do Conselho, por meio de uma moção, e não como uma posição final. O Conselheiro José Nilson Campos, das organizações técnicas e de ensino e pesquisa, questionou se caso fosse solicitado o arquivamento da proposta, ela poderia voltar novamente com novas modificações. O Secretário João Bosco Senra respondeu positivamente, com a condição de nova análise no âmbito das CTs envolvidas. Dito isso, colocou em votação a proposta de resolução, ressalvados os destaques, em conjunto com a proposta de arquivamento. A proposta de resolução não foi aprovada, sendo recomendado o seu arquivamento. Passou então ao próximo item de Pauta, **item 3.0:** Deliberação sobre propostas de Moção, sendo o **item 3.1: requerimento de urgência** - Deliberação sobre a proposta de moção recomendando a implantação de Projeto Piloto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos e Ambiental nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí (**Anexo VIII**). A matéria foi encaminhada pelo Presidente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, o Conselheiro João Maurício de Mello, do Ministério das Relações Exteriores - MRE, que passou a palavra ao Prof. João Soares Viegas, Diretor da Agência da Lagoa Mirim - ALM, para defesa da matéria. O Prof. João Soares Viegas iniciou apresentando o trabalho da ALM, que se consistia na execução do Acordo do Rio Quaraí e do Tratado da Lagoa Mirim, passando em seguida a tratar da defesa da proposta. Argumentou que o seu objetivo seria proporcionar um arcabouço institucional que conciliasse as ações do plano nacional e do plano estadual na região. Apresentou as características de bacia da Lagoa Mirim, nas partes brasileira e uruguaia, discernindo os rios de domínio estadual e da União. Esclareceu que a proposta havia tomado como referência a Lagoa Mirim, dada a sua maior complexidade, mas que, no entanto, seria extensiva à bacia do rio Quaraí, também objeto de breve explanação. Destacou que estas duas bacias apresentariam uma necessidade comum pela prática de uma gestão integrada e que a conformação institucional aqui proposta teria o objetivo da integração entre os dois países, ressaltando o cuidado com as questões da soberania, da harmonização com os preceitos da Política Nacional de Recursos Hídricos e com o Sistema Nacional de Gerenciamento Recursos Hídricos, conformando-se aos acordos e tratados já reconhecidos. Apresentou em seguida a composição da seção brasileira da Comissão da Lagoa Mirim: representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Governo do Rio Grande do Sul e Agência Lagoa Mirim. Esclareceu que a Comissão tem, pelo seu Estatuto e Tratado, a competência de criar órgãos subsidiários, destacando que a seção brasileira poderia ser configurada como um comitê de bacia hidrográfica, com a composição mínima estabelecida conforme a legislação de recursos hídricos. Dessa forma, indicou, cada sistema faria o seu reconhecimento a partir dos marcos já estabelecidos. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, pediu a palavra e manifestou-se favoravelmente à proposta apresentada, explicando tratar-se de uma situação que não teria sido suficientemente abordada pela Lei nº 9.433, de 1997, sendo ainda um importante passo no objetivo de trazer a questão

transfronteiriça para dentro do SINGREH. O Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, teceu considerações sobre a questão local e pediu o esclarecimento de três dúvidas: a primeira delas a respeito da implicação da proposta na regulação dos recursos hídricos; a segunda questionava a urgência da aprovação da Moção e a terceira, a respeito das implicações subseqüentes para os destinatários da Moção. Alegando desconhecimento do conteúdo da referida Moção e das motivações que tornariam urgente sua aprovação, o Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, apresentou pedido de vistas da matéria. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, pediu a palavra num apelo à importância da votação da referida Moção e questionou a participação da ANA na CTGRHT e na CTIL quando da análise dessa proposta de moção. O Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, reiterou o seu pedido de vistas. O Sr. Secretário Executivo informou que, conforme o § 5º, art. 15, do Regimento Interno do CNRH, “as matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples”. Com isso, o Sr. João Bosco Senra encaminhou a votação para aprovação do pedido de vistas; durante a contagem dos votos foi verificado que não havia quorum qualificado para a continuação da votação das matérias deliberativas, ou seja, a presença da maioria absoluta dos membros do CNRH. Com isso, foram encerrados os trabalhos da manhã e postergada para a parte da tarde a votação do pedido de vistas da proposta Moção. A sessão foi reaberta às 14h30. O Conselheiro João Maurício de Mello, do MRE, Presidente da CTGRHT, pediu a palavra e retirou de pauta a Proposta de Moção recomendando a implantação de Projeto Piloto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos e Ambiental nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, justificada pelas manifestações do Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, e considerando a importância da ANA no processo de implantação da referida Moção. Passou-se então ao **item 3.2:** deliberação sobre a proposta de Moção recomendando ações relativas à situação da mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul - exposição do parecer referente ao pedido de vista (**Anexo IX**). A fundamentação apresentada pela Conselheira Patrícia Boson, da indústria, (**Anexo X**), foi baseada no princípio da descentralização da gestão dos recursos hídricos: a Conselheira reforçou a previsão de que toda ação em resposta a um problema local deveria ser debatida e preferencialmente resolvida no seu próprio âmbito. Reiterou que seu questionamento sinalizava a necessidade de tentar discernir demandas de amplo espectro das questões de cunho local. Ressaltou que considerava a moção encaminhada importante, mas que trazia falhas por falta de informação. Propôs que o CNRH não aprovasse a Moção. Mostrou uma panorâmica das atividades de mineração de areia na bacia, informando a existência de ações referentes em São Paulo e Minas Gerais e destacando que o setor hoje já pagaria, por iniciativa própria, pelo uso da água. A Conselheira solicitou a abertura de espaço para que o Comitê cumprisse seu papel, pois é o colegiado que tem a função de dirimir esses conflitos. Feita a exposição, o Sr. João Bosco Senra iniciou as inscrições para a discussão da matéria. O Conselheiro Antônio Francisco Evangelista, das ONGs, reforçou a existência de uma preocupação histórica no vale do rio Paraíba em relação à mineração de areia e que as ações existentes não estariam sendo suficientes. Sugeriu o seguinte encaminhamento: que essa moção fosse remetida para a CTCOB, com convite para o CEIVAP, os extratores de areia e o CERH-SP para discussão da questão, objetivando a consecução de um parecer a ser apresentado na próxima reunião do CNRH. A Conselheira Patrícia Boson, da indústria, destacou que não estaria em discussão a existência do problema, mas o fato de que ele deveria ser debatido inicialmente no âmbito do CEIVAP. O Conselheiro Antônio Francisco Evangelista, das ONGs, ratificou a importância da proposta de Moção, que não deveria ser desconsiderada. Argumentou também que a extensa pauta de debates do CEIVAP dificultaria a inclusão deste tema e ainda, que a manutenção da Moção garantiria a discussão do tema em caráter de urgência. O Conselheiro Rui Brasil, do CERH-SP, ratificou as colocações da Conselheira Patrícia Boson, da indústria, acrescentando que deveria existir articulação e que não caberia debate sobre o tema ser pautado no CEIVAP. Finalizou destacando que o tema deveria ser debatido no âmbito da bacia e que não havia necessidade atual do seu debate no CNRH. O Conselheiro Antônio Francisco Evangelista, das ONGs, pediu a palavra e defendeu que a proposta da Conselheira Patrícia Boson, da indústria, vinha no sentido do que ele estava defendendo. O Sr. João Bosco Senra fez, então, a leitura da proposta da Conselheira Patrícia Boson, da indústria, que se resumia em um pedido de não aprovação da moção e uma solicitação ao CEIVAP que organizasse uma reunião para discussão do tema. O Conselheiro Antônio

Francisco Evangelista, das ONGs, solicitou então que o CEIVAP pudesse encaminhar uma proposta de moção. O Sr. João Bosco Senra esclareceu que não se trataria de retirar a moção, mas sim de votar o parecer da Conselheira Patrícia Boson, da indústria. Posto em votação, o parecer da Conselheira Patrícia Boson e as recomendações nele contidas foi aprovado, inclusive a retirada de pauta da proposta de moção em questão. Passou-se então ao **item 3.3**: proposta de Moção referente à Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro (**Anexo XI**) - encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. O Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao Conselheiro Mauro Viegas, da indústria, para defesa de matéria. O Conselheiro informou que na reunião de março último do CNRH havia sido apresentada Proposta de Moção sobre a Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro, ocorrendo neste momento a sua reapresentação. Acrescentou que nesses três últimos meses havia sido possível um diálogo entre o órgão gestor e o CERH-RJ para debate sobre a conciliação de aspectos da Lei nº 4.247 com a Lei nº 9.433, de 1997. Informou que, para tanto, já estaria agendada uma reunião ainda para este mês de julho. Entretanto, fez a leitura de um texto de alteração da proposta de moção (**Anexo XII**). Finalizando, solicitou a suspensão da apreciação da Moção, mas que o novo texto fosse pautado para a próxima reunião do CNRH. O Sr. João Bosco Senra encaminhou então a votação, quando foi aprovado o encaminhamento proposto pelo Conselheiro Mauro Viegas, da indústria. Em prosseguimento, apresentou o segundo **requerimento de urgência**, apresentado como **item 3.4**: deliberação sobre proposta de moção que recomenda ações decorrentes das determinações da Resolução CNRH nº 35, de 2003. A Conselheira Patrícia Boson, da indústria, apresentou a proposta de Moção e complementando, solicitou que o Grupo de Trabalho interministerial criado em decorrência da Moção CNRH nº 26 entrasse efetivamente em atividade. Reforçou a importância para a gestão de recursos hídricos no país do não contingenciamento dos recursos orçamentários destinados à ANA. Discorreu sobre cada recomendação trazida na proposta de moção. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, solicitou que, tendo em vista a aprovação da proposta de resolução constante do item 2.3 da pauta, fosse feita nesta Moção alguma referência à necessidade da diminuição de cargas poluidoras. A Conselheira Patrícia Boson, da indústria, esclareceu que o pedido da Conselheira Cristina Yuan já estaria contemplado no item II da Moção, que fazia referência ao PRODES. O Secretário Executivo do CNRH solicitou à Conselheira Cristina Yuan, da indústria, uma redação substitutiva para a proposta, que foi a seguinte: acrescentar ao final do item II da moção o texto “visando a redução de cargas poluidoras nas bacias hidrográficas”. Colocada em votação, a proposta foi aprovada pelo plenário, com a modificação sugerida pela Conselheira Cristina Yuan, da indústria. A sua redação final ficou conforme (**Anexo XIII**). O Sr. João Bosco Senra encaminhou então o terceiro **requerimento de urgência**, **item 3.5**, encaminhando a solicitação de análise, no âmbito da CTIL, da criação de uma Câmara Técnica do CNRH para tratar da integração da gestão de bacias hidrográficas e zona costeira (**Anexo XIV**). O Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos comitês, esclareceu que o tema havia sido pauta do Fórum de Comitês realizado em Gramado. Frisou a importância da gestão costeira, pois o Brasil possuiria uma extensão superior a 8.000 km de costa atlântica, onde ocorreriam destacados problemas relacionados a gestão de recursos hídricos, evidenciando-se a necessidade de uma Câmara Técnica específica para fomentar as discussões. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, pediu a palavra para subscrever o pleito e aproveitou a ocasião para relacionar a questão da gestão costeira com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Parabenizou a iniciativa e deixou registrada a intenção de seu segmento em participar dessa Câmara Técnica. Colocada em votação, a solicitação foi aprovada pela Plenária. O Sr. João Bosco Senra passou então para o **item 4** de pauta: apresentação sobre o estágio atual do desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A apresentação foi feita pelo Sr. Marco Neves, da SRH/MMA, Coordenador do Grupo de Trabalho e Elaboração do PNRH - GTCE. Antes do início da apresentação, foi feito, a pedido do Sr. João Bosco Senra, um minuto de silêncio em respeito ao falecimento da mãe do Sr. Roberto Coimbra, da SRH/MMA. Em seguida, o Sr. Marco Neves lembrou o início do processo de construção do Plano, suas etapas, destacando as ações já realizadas e a realizar em cada uma delas. Apresentou também a composição das Comissões Executivas Regionais - CER, previstas no processo de construção do Plano. Concluída a apresentação (**Anexo XV**), o tema foi colocado em discussão. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, expôs seu desagravo com a forma como havia sido feita a escolha das instituições representantes das organizações

709 civis nas CERs. Reforçou o trabalho da CTPNRH e indicou que deveria haver  
710 representatividade e legitimidade nos nomes escolhidos para as CERs, destacando que o  
711 Fórum Brasileiro de ONGs seria reconhecido como um canal de comunicação entre o CNRH e  
712 a sociedade civil para questões ligadas à Política Nacional de Recursos Hídricos. Enfatizou a  
713 necessidade de seriedade no processo, solicitando que o Fórum Brasileiro de ONGs fosse  
714 convidado para o processo de discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. João  
715 Bosco Senra esclareceu que a composição básica das CERs teria sido aprovada na CTPNRH,  
716 com destaque para que fosse incorporada a sociedade civil num espectro mais amplo. Disse  
717 que a preocupação expressa pela Conselheira Ninon Machado, das ONGs, seria levada a  
718 todas as CERs e que, certamente, haveriam aperfeiçoamentos durante o processo. O  
719 Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos comitês, concordou com as críticas da  
720 Conselheira Ninon Machado, das ONGs, opinando que a CTPNRH não deveria aprovar a  
721 composição das CERs em escala nacional. Relatou que em reunião junto aos Comitês havia  
722 ficado patente a insatisfação com a composição apresentada, não havendo entendimento da  
723 sua aprovação. Enfatizou que seria louvável que a composição das CERs fortalecessem o  
724 SINGREH, que já possuiria entes, como os Comitês, que conferiam representatividade a  
725 diversos segmentos da sociedade. O Sr. João Bosco Senra disse que as sugestões seriam  
726 enviadas à CTPNRH. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, passou a palavra para a  
727 Sra. Regina Greco, do CBH-Pará, que demonstrou o seu constrangimento diante da  
728 composição apresentada e enfatizou que o PNRH deveria ser construído com base nos  
729 anseios de cada bacia hidrográfica. Sugeriu que a composição das CERs deveria se espelhar  
730 na dos comitês de bacia. Destacou a importância do debate regional para a consecução do  
731 PNRH, que colocasse em discussão os envolvidos em todos os conflitos e os usuários de  
732 água, na busca de soluções para a gestão de recursos hídricos. O Secretário João Bosco  
733 Senra ratificou que todas as sugestões seriam encaminhadas à CTPNRH. Foi concedida a  
734 palavra ao Sr. José Vicente Miranda, das concessionárias e autorizadas de geração  
735 hidrelétrica, que relatou o caso específico da formação da CER da bacia do rio Uruguai que,  
736 embora contasse com dois aproveitamentos hidrelétricos de grande porte, havia sido  
737 formada sem participação do setor de concessionárias e geradoras de energia hidrelétrica.  
738 Solicitou registro da sua contrariedade com a conformação proposta, uma vez que o setor  
739 deveria ter assento na CER. Finalizando, propôs que fosse aplicada à formação da CER  
740 composição semelhante a do CNRH. O Conselheiro José Nilson Campos, das organizações  
741 técnicas e de ensino e pesquisa, concedeu a palavra ao Presidente da CTPNRH, Sr. Oscar  
742 Cordeiro Netto. O Presidente da CTPNRH disse que essas mesmas discussões haviam  
743 ocorrido também no âmbito da Câmara Técnica, quando teria ficado evidente que existiriam  
744 diferenças organizacionais na gestão de recursos hídricos no país, inclusive pelo seu nível de  
745 implementação. Acrescentou que a dimensão do processo deveria ser bastante valorizada e  
746 que não se poderia perder de vista a questão do tempo e da legitimidade. Concluiu  
747 informando que seria debatida na próxima reunião da CTPNRH a forma de atuação nas  
748 CERs das instituições que já possuem capilaridade, como as organizações civis. A  
749 Conselheira Patrícia Boson, da indústria, disse considerar a questão da representatividade  
750 como um ponto importante e chamou a atenção para a necessidade de uma resolução para  
751 regulamentar seus aspectos. Citou que, na assembléia para escolha dos representantes da  
752 indústria, realizada em 2003, teria havido disputa de uma mesma vaga por instituições que  
753 tinham sob sua representação uma capacidade produtiva discrepante. O Conselheiro João  
754 Maurício de Mello, do MRE, expôs dúvidas a respeito da parte internacional do seminário  
755 pretendido para o PNRH. Sugeriu que a parte atinente à política externa fosse mais  
756 genérica, tendo em vista a dinâmica desses conceitos. O Conselheiro Francisco de Assis, das  
757 organizações técnicas e de ensino e pesquisa, considerou que a elaboração do Plano havia  
758 sido um passo avante e informou que a CTPNRH havia sinalizado para a necessidade de  
759 ampliação da discussão, ao propor novos atores sociais para as CERs. Acrescentou que a  
760 regionalização e a ampliação da base de atores seriam ações positivas para a construção do  
761 futuro, devendo haver, para tanto, uma engenharia social visando a integração dos setores.  
762 Destacou como um dos grandes desafios do PNRH o processo de integração regional, por  
763 tratar-se de uma síntese que será provada em sua consistência e representatividade. Com  
764 o fim das inscrições, o Secretário João Bosco Senra passou a palavra ao palestrante. O Sr.  
765 Marco Neves, da SRH/MMA, coordenador do GTCE, iniciou esclarecendo que o processo de  
766 estruturação das CERs que acabara de ser exposto já havia sido apresentado  
767 anteriormente, por meio da explicação do processo e da forma de escolha, destacando que

essa discussão deveria ser feita no âmbito dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Frisou que o PNRH pretendia o fortalecimento do SINGREH. No que diz respeito à questão levantada pelo Conselheiro João Maurício de Mello, do MRE, acerca dos aspectos internacionais, esclareceu que para os cenários prospectivos algumas variáveis remetiam para temas ligadas às questões transfronteiriças, mercado de água e soberania. Acrescentou que a resposta a essas demandas seria dada por meio da discussão em oficinas e da consolidação de um documento contemplando estes assuntos, dentre outros relevantes. Informou que a oficina teria como objetivo a ampliação da visão a respeito do tema em questão e garantiu que o Ministério das Relações Exteriores estaria envolvido no processo, como um dos atores mais importantes. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra agradeceu a presença do Sr. Marco Neves e passou aos **Informes gerais**, quando noticiou a formação da Comissão de Recursos Hídricos na Câmara dos Deputados; ressaltou a importância da participação dos Estados na discussão da integração dos procedimentos de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos, por meio da participação na CTPOAR e Grupo de Trabalho relativo ao assunto. Informou também sobre a Oficina “Uso Eficiente da Água” que será realizada nos dias 12 e 13 de julho próximo, sob a coordenação da CTCT. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, dos comitês, informou que no 6º Encontro dos Comitês de Bacia, realizado em Gramado-RS, foi recomendada a aprovação da proposta de Moção referente à Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, pediu atenção para o fato e registro de que não haveria mais nenhum representante da ANA ao término da Reunião, às 16h35. Também informou em sua fala que o CEIVAP vinha realizando um excelente trabalho que o levou a ganhar um Prêmio Internacional de Boas Práticas, classificando-se entre os quarenta premiados. Com isso, expressou seu alarme em relação à decisão do Diretor-Presidente da ANA, Conselheiro Jerson Kelman, de fechar o escritório técnico da premiada instituição. Disse ter conhecimento de orientação do Gabinete da Ministra para a continuidade, mesmo que precária, dos trabalhos. Concluiu invocando a responsabilidade do Conselho perante a ocorrência desse fato em uma bacia considerada de referência. Foi concedida a palavra ao Sr. João Clímaco, da FONASC, que proferiu um informe encaminhado pelas ONGs do Maranhão solicitando a efetiva implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos no Estado. Disse que o Plano Nacional de Recursos Hídricos deveria ser um instrumento de mobilização da Política Nacional de Recursos e pediu registro para o fato que o PNRH estaria sendo tratado com descaso. Encerrou reforçando que as organizações da sociedade civil pretendiam, por meio do Plano, mobilizar a sociedade para a Política Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. João Bosco Senra informou da realização da Conferência Sul Americana de Combate à Desertificação - UCCD+10 entre os dias 03 e 06 de agosto próximo, em Fortaleza-CE, quando estaria previsto o lançamento do Programa de Ação Nacional de Combate a Desertificação (PAN). Em seguida, às 16h45, o Sr. João Bosco Senra deu por encerrada a XI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

MARINA SILVA  
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA  
Secretário Executivo